

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.320.906 - DF (2012/0086362-0)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
AGRAVANTE : JOSÉ CARLOS MORAES NUNES JÚNIOR
ADVOGADO : IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR E OUTRO(S) - DF011555
AGRAVADO : DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR : RENATO GUANABARA LEAL DE ARAÚJO E OUTRO(S) - DF013057

EMENTA

ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ATOS ADMINISTRATIVOS COM VÍCIO NA MOTIVAÇÃO. LICENÇA PARA TRATO DE ASSUNTOS PARTICULARES. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO AO SERVIDOR. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Para a desconstituição da conclusão alcançada pelo Tribunal *a quo*, no sentido de que não haveria prejuízo ao autor na edição das portarias questionadas, ainda que eivadas de vício na motivação, faz-se necessário incursionar no contexto fático-probatório da demanda, o que é inviável em recurso especial, por força do constante na Súmula 7/STJ. Precedentes.

2. A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que o reconhecimento da nulidade de atos administrativos e judiciais está atrelada à demonstração do prejuízo à parte que alega, por aplicação do princípio *pas de nullité sans grief*. Precedentes.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães, Francisco Falcão e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 03 de outubro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Og Fernandes
Relator